



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
TRIBUNAL SUPREMO**

**Directiva n.º 01 /2024  
De 23 de Agosto de 2024**

**Atinente à tramitação de processos de recurso contencioso eleitoral e  
de processos relativos a ilícitos eleitorais**

Realizam-se, a 9 de Outubro de 2024, as eleições presidenciais, legislativas, para as Assembleias Provinciais e para Governadores de Província, antecedidas de campanha eleitoral.

Para além de ilícitos eleitorais, de que os tribunais comuns são competentes, os tribunais judiciais de distrito e de cidade conhecem do recurso contencioso eleitoral. Donde, as irregularidades que eventualmente ocorram no decurso da votação e no apuramento parcial, distrital ou de cidade, provincial, geral e nacional podem ser impugnados por via de recurso contencioso, desde que antes tenham sido objecto de impugnação prévia através de reclamação ou protesto.

Nesta conformidade, mostrando-se necessário garantir o tratamento uniforme dos processos relativos ao recurso contencioso eleitoral e aos ilícitos eleitorais, no uso das competências que me são atribuídas pela alínea g) do n.º 1 do artigo 54, e observado o disposto na alínea b) do artigo 99, ambos da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto (Lei da Organização Judiciária), determino:


## I - Do Recurso Contencioso Eleitoral

### A - Registo e tramitação dos processos

1. Os processos de recurso contencioso eleitoral dão entrada nos cartórios judiciais acompanhados dos elementos de prova, testemunhas se as houver, cópia do edital e de outros elementos que façam fé em juízo, indicando-se o código da mesa em que a irregularidade tiver ocorrido, se for caso disso.
2. Ao número que couber ao processo deverá acrescer-se-lhe no fim as letras RCE, para além da inscrição na capa da expressão **RECURSO CONTENCIOSO ELEITORAL**.
3. O processo deve ser de imediato conclusivo ao juiz, que manda colher o parecer urgente do Ministério Público, devendo, sempre que possível, ordenar a extracção de cópia para, em simultâneo, preparar a decisão.
4. O Digno Magistrado do Ministério Público apõe imediatamente o seu parecer, após o que procede à sua devolução ao tribunal.
5. Recebido o parecer, o juiz faz o exame preliminar, verificando se estão reunidos cada um dos requisitos para admissão do pedido, que deve ser atendido ou rejeitado por despacho devidamente fundamentado.
6. São os seguintes os requisitos a ter em conta:

**6.1. impugnação prévia** - A matéria de que versa o pedido deverá ter sido antes objecto de reclamação ou protesto como condição *sine qua non* da sua admissibilidade;

**6.2. legitimidade do requerente** - O recurso contencioso eleitoral pode ser interposto pelo reclamante, pelos candidatos e seus mandatários, partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes ou





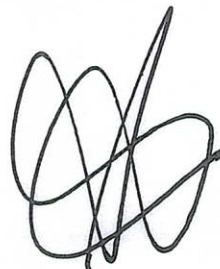
reconhecidos pela Comissão Nacional de Eleições para intervenção no processo eleitoral.

**6.3. fundamentação do pedido** - O requerimento dispensa qualquer formalidade nos termos da lei, mas deve ser instruído com todos os elementos de prova, testemunhas se as houver, cópia do edital e de outros elementos que façam fé em juízo e a indicação do código da mesa de votação em que a irregularidade tiver ocorrido, caso tal seja aplicável;

**6.4. tempestividade** - O prazo de interposição do recurso é de 48 horas a contar da afixação do edital que publica os resultados eleitorais;

**6.5. competência do tribunal** - O recurso contencioso eleitoral é interposto perante o tribunal judicial de distrito em cuja área de jurisdição tiver ocorrido o facto.

7. Caso se mostre necessária a produção de prova, o juiz da causa designa logo data para julgamento, que será imediatamente comunicada ao requerente e requerido e, bem assim, ao Ministério Público e demais intervenientes no processo.
8. O julgamento deve ter lugar em tempo adequado por forma a que a decisão seja publicada no prazo de 48 horas, após a entrada do processo no tribunal.
9. O indeferimento da interposição do recurso contencioso eleitoral pode ser impugnado por via de recurso ao Conselho Constitucional, a subir imediatamente.
10. A retenção do recurso interposto sobre a decisão do tribunal em matéria de contencioso eleitoral dá lugar à reclamação junto do Conselho Constitucional. A aludida reclamação é apresentada junto do tribunal reclamado, que deverá expedi-la no prazo de 24 horas.




## **B - Composição do tribunal**

11. O tribunal judicial de distrito funciona com juiz singular nos casos em que não se mostre necessária a produção de prova.
12. Quando seja necessária a produção de prova, o juiz decide sobre a participação ou não dos juízes eleitos, nos termos da Lei da Organização Judiciária.

## **C - Julgamento e recurso**

13. Para o julgamento do processo de recurso contencioso eleitoral é competente qualquer secção do tribunal judicial de distrito ou de cidade nos casos em que detém competência genérica e, havendo secções especializadas, será competente a respectiva secção criminal.
14. Para além do Ministério Público, quando seja necessária a produção de prova, o cartório avisará de imediato sobre a data de julgamento aos interessados e às testemunhas ou mandará comparecer se estiverem presentes.
  - 14.1. A prova testemunhal deve ser reduzida a escrito, tendo sempre presente a possibilidade de impugnação da decisão que vier a ser tomada, mediante recurso ao Conselho Constitucional;
  - 14.2. O Ministério Público apresentará oralmente as suas alegações, pronunciando-se sobre a matéria de facto e de direito.
15. Em qualquer dos casos, a decisão será proferida no prazo determinado na lei e comunicada à Comissão Nacional de Eleições, ao requerente e ao requerido e aos demais intervenientes processuais.
16. Havendo recurso sobre a decisão proferida, o tribunal recorrido deverá:





- 16.1. Receber o requerimento de interposição do recurso, que deverá ser motivado, com apresentação das respectivas alegações;
- 16.2. Mandar juntar o aludido requerimento e as alegações apresentadas ao processo em que foi tomada a decisão impugnada.
- 16.3. Por meio de despacho, ordenar a remessa do processo ao Conselho Constitucional, no prazo de 24 horas, mencionando os elementos que o compõem, incluindo do expediente do recurso.
- 16.4. A remessa do processo ao Conselho Constitucional é notificada ao recorrente.
17. Os processos relativos ao recurso contencioso eleitoral têm prioridade sobre todo e qualquer expediente do tribunal e estão isentos de custas e quaisquer encargos.

## II - Dos Ilícitos Eleitorais

18. Os processos respeitantes a ilícitos eleitorais são equiparados aos processos-crime e seguem as formas de processo previstas no Código do Processo Penal. Dada a sua natureza, têm prioridade sobre todo e qualquer expediente do tribunal.
19. Ao número atribuído ao processo deverá acrescer-se-lhe as letras IE, para além de se inscrever na respectiva capa a expressão **ILÍCITO ELEITORAL**.
20. Esta Directiva entra imediatamente em vigor na data da sua assinatura.

Maputo, 23 de Agosto de 2024

O Presidente  
  
Adelino Manuel Muchanga